



ESTUDO DA COPPE SOBRE CLIMA PROJETA BRASIL NO PLANETA

Página 6



NA REAL CAIANDO

Primeiro capítulo de série de reportagens sobre condições de trabalho, pesquisa e estudo após retorno presencial mostra problemas do Centro de Tecnologia, no Bandeirão e do transporte para o Fundão.

Páginas 2, 3, 4 e 5

EDITORIAL

CAR@ COLEGA,

DIRETORIA

Passada a euforia do retorno, o choque de realidade. Assim como retratou em suas páginas a alegria do reencontro, simbolizada pelos abraços guardados na saudade acalorada por dois anos de afastamento na pandemia, o **Jornal da AdUFRJ** inicia nesta edição, nas páginas 4 e 5, uma série de reportagens sobre os problemas enfrentados pela comunidade acadêmica em pouco menos de um mês de volta às aulas presenciais. Muitos não são novos. Ao contrário, são velhos conhecidos. As más condições de trabalho foram o principal assunto tratado pelo Conselho de Representantes da AdUFRJ, realizado de forma híbrida na quarta-feira (4), tema de nossa matéria da página 3. Representante de Macaé, a professora Lais Buriti, resumiu bem o cenário: “Não parece que se passaram dois anos, porque estamos com os mesmos problemas, só que agravados”.

Vamos começar a série falando de uma unanimidade em termos de desolação: o transporte público. A Ilha do Fundão, em particular, padece nessa seara. Já com poucas opções de acesso, alunos, professores e funcionários enfrentam a escassez de ônibus nas poucas linhas disponíveis, sobretudo no período noturno; encaram a superlotação nos horários de pico — algo particularmente preocupante no momento em que a curva de casos de covid-19 volta a dar mostras de reavivamento — e sofrem diariamente com o sucateamento da frota. “No intervalo de uma semana, eu presenciei duas quebras de ônibus. Tem que descer, pegar outro e gera um transtorno muito grande”, conta o professor Fernando Duda, da Coppe, que mora em Copacabana e é um usuário sofrido da combatida linha 485.

Em muitos casos, a locomoção é uma loteria. Brenda Tosi, mestrandia do programa de Linguística, que o diga. Na tarde de terça-feira (3), ela esperava um ônibus da linha 410T para voltar para casa, em Rocha Miranda, na Zona Norte. Depois de 40 minutos sob um calor de 34 graus no ponto em frente à Faculdade de Letras, ela desistiu e tentou a “sorte”: pegou um

ônibus interno e resolveu encerrar o BRT. Lá estava o caos habitual: plataforma abarrotada de gente, mais tempo de espera, veículos lotados, com pessoas penduradas nas portas abertas. A estudante Mariana Victorino, do 7º período de Engenharia de Alimentos, moradora da Penha Circular, na Zona Norte, deu um diagnóstico preciso do BRT: “Antes da pandemia, era cheio tolerável. Agora, está superlotado”. Na primeira semana de aula, Mariana precisou descer de um BRT com pneu furado, em Olaria.

Para quem trabalha ou estuda no CT, superar os problemas do transporte público é uma espécie de “treino” para enfrentar outro obstáculo: os elevadores. No bloco H, os dois estão parados. Dos quatro do bloco A, só um funciona para atender a sete andares. “É uma situação vexaminosa para uma universidade e de desrespeito para com sua comunidade”, reclama o professor Ildeu Moreira, do Instituto de Física. Esse é um problema que entra no rol dos clássicos. “Trabalho aqui há 30 anos. Só uma vez vi todos os elevadores funcionando”, relata Dalva Lúcia Rossotti, servidora do Instituto de Química.

O medo e a insegurança, que foram objeto de recente matéria do **Jornal da AdUFRJ** por conta dos arrastões e assaltos na primeira semana de aulas presenciais na Praia Vermelha, rondam também o CT. O breu no estacionamento entre os blocos A e H reforça o temor que o professor Papa Matar Ndiaye, da Escola de Química, descreve em poucas palavras: “É dramático porque, das unidades do CT, somente a Escola de Química tem cursos noturnos. Isso gera um problema também emocional, de saber que você está se arriscando em um lugar que não deveria oferecer essa preocupação. Você pode ser roubado, agredido e ninguém verá”, diz o professor.

As filas gigantes para os bandejeões, problemas de infraestrutura no prédio do CT e buracos nas pistas e no estacionamento do CT são outros problemas abordados nesse primeiro capítulo da série. No dia 24, a diretoria da AdUFRJ terá uma reunião com a reitoria para tratar dos problemas abordados nesta edição, apresentar as demandas dos docentes e cobrar prazos para as soluções.

FOTOS: ALESSANDRO COSTA



CIÊNCIA NA TELA A professora Mayra Goulart (à esq.) e Nina da Hora no lançamento do filme

DOCUMENTÁRIO INSPIRA FUTURAS CIENTISTAS

LUCAS ABREU
lucas@adufjr.org.br

A comunidade da UFRJ assistiu, no dia 27 de abril, ao filme “Ciência: Luta de Mulher”. “Nosso objetivo é mostrar diferentes origens, trajetórias e fazeres científicos, para ampliar o espectro de identificação de jovens mulheres, que poderão ver na Ciência um

lugar também pra elas”, disse a professora Mayra Goulart, diretora da AdUFRJ, no evento realizado no Fórum de Ciência e Cultura.

Antes da exibição, uma mesa inteiramente feminina saudou a produção do Observatório do Conhecimento — rede de associações e sindicatos docentes da qual a AdUFRJ faz parte.

Coordenadora do Fórum, a professora Tatiana Roque relatou como ocorreu a separação de gêneros no fazer científico, a partir do século XIX. A situação deu origem ao que a docente classificou como “machismo epistemológico”. “Aí eu entendi muita coisa sobre mulheres na Ciência, sobre como nos sentimos sempre deslocadas”.

A professora Tatiana Sampaio, do Instituto de Ciências Biomédicas, apresentou uma perspectiva em sua área de atuação. “Na minha trajetória pessoal e profissional, eu nunca me senti oprimida, mas nós sabemos que existe uma cobrança maior sobre as mulheres”, contou. Completaram a mesa as estudantes Julia Vilhena, representante do DCE, e Natália Trindade, da Associação de Pós-graduandos, além da diretora do filme, Rithyele Dantas.

SURPRESA

O evento contou com uma aparição inesperada da pesquisadora e hacktivista Nina da Hora, uma das personagens retratadas no filme. Ela saudou a diversidade contida na produção. “Temos que acabar com essa ideia de que apenas as histórias extraordinárias, dentro de um padrão que a sociedade estabeleceu, são importantes. Todas as histórias são extraordinárias”, defendeu. Após ser exibido pelas entidades que compõem o Observatório do Conhecimento, o documentário será disponibilizado ao público pelo Youtube.

CONVÊNIO

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufjr.org.br.

RIO DE JANEIRO



MAPLE BEAR TIJUCA



MIT CUIDADORES



ACADEMIA TIJUCA FIT



MADONA CLINIC



PSICARE



FISIOTERAPIA RJ LTDA



CRECHE AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA RECRIAR



CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA ORGÂNICOS



JC LUZ CORRETORA



FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL



BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS



ESCOLA ALFA



CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL



HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR



MAIS FITNESS ACADEMIA



CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA



INSPIRE ENERGIA SOLAR

Condições de trabalho são problema no retorno presencial

> Assunto foi principal tema da reunião do Conselho de Representantes da AdUFRJ. CR também aprovou edital para eleições complementares nas unidades e a prestação de contas da última gestão

FOTOS: FERNANDO SOUZA

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

Quase um mês após a volta das aulas presenciais da graduação, não são poucos os relatos sobre as más condições de trabalho e ensino a que professores, técnicos e estudantes estão submetidos. “Uma servidora caiu e se machucou numa cratera aberta no estacionamento do CCS. É uma cratera. Não dá sequer para chamar de buraco”, desabafou uma das professoras do Instituto de Biologia, na reunião do Conselho de Representantes da AdUFRJ, que ocorreu na última quarta-feira (4).

As salas de aula do subsolo do Centro de Ciências da Saúde têm sido motivo de insônia dos professores. “Infelizmente há docentes dando aulas no subsolo, em condições extremamente insalubres”, diz trecho do documento enviado pelos professores da Biologia. O conjunto de reclamações e reivindicações foi coletado por formulário eletrônico e será encaminhado à diretoria da AdUFRJ. “Pedimos empenho da diretoria para que as demandas dos docentes do Instituto de Biologia sejam repassadas à reitoria. Vivemos uma situação dramática”, pediu.

Uma das solicitações dos conselheiros é que a AdUFRJ realize uma assembleia para discutir exclusivamente os problemas estruturais e as condições de trabalho dos professores. “Na Faculdade de Educação, nós não conseguimos fazer uma reunião com deliberações, mas houve esse entendimento sobre a necessidade de uma assembleia geral para discutir os pontos urgentes enfrentados pelos docentes nessa volta ao presencial”, defendeu a professora Marinalva Oliveira. A fala foi reforçada por outros colegas. A professora Lais Buriti, representante de Macaé, também relatou dificuldades em realizar uma reunião presencial em seu campus e destacou as más condições de trabalho. “Não parece que se passaram dois anos, porque estamos com os mesmos problemas, só que agravados”, disse. “Precisamos realmente debater os desafios do retorno presencial”, sublinhou.

A reunião do CR foi híbrida: aconteceu presencialmente na sala 212 do Bloco E do Centro de Tecnologia e via plataforma Zoom. Ao todo, 23 conselheiros



PROFESSOR JOÃO TORRES, presidente da AdUFRJ (de pé), conduziu a reunião híbrida do CR a partir de um auditório da Escola de Química



MÁS CONDIÇÕES DE TRABALHO no subsolo do CCS foram apontadas por docentes na reunião do CR

Um dos pontos que temos destacado é a baixa inscrição de alunos nos programas de pós-graduação”

ARGIMIRO SECCHI
Professor da Coppe

ELEIÇÕES PARA O CR

A reunião também aprovou o edital para as eleições complementares do Conselho de Representantes. A diretoria indicou os professores Felipe Rosa (Instituto de Física) e Angela Santi (Faculdade de Educação) para formarem a Comissão Eleitoral que conduzirá o pleito. O edital já pode ser encontrado no site da AdUFRJ. A diretoria também

publicou o edital no jornal Extra, de grande circulação, conforme determina o regimento eleitoral.

As candidaturas devem se apresentar por listas com, no mínimo, um nome e, no máximo, o dobro do número de representantes titulares que os sindicalizados da unidade podem eleger. Por exemplo: unidades com até 60 sindicalizados têm direito a um representante, portanto as listas devem ter até dois nomes; de 61 a 120 sindicalizados, dois representantes e, assim, até quatro candidatos por lista. Já as unidades com mais de 120 sindicalizados têm direito a três representações e poderão apresentar listas com até seis nomes.

As eleições acontecem nos dias 6 e 7 de junho. As inscrições serão recebidas até o dia 27 de maio. Podem se candidatar os professores sindicalizados até 5

de fevereiro. São eleitores os docentes filiados até 6 de abril. As eleições vão acontecer de forma remota, via Sistema Helios.

CONTAS APROVADAS

O CR também aprovou por consenso a prestação de contas da última gestão do sindicato. A professora Eleonora Ziller, ex-presidente da AdUFRJ, apresentou os gastos de sua gestão, que foi diretamente impactada pela pandemia de covid-19. “Recebemos o sindicato com um caixa de R\$ 2,4 milhões e deixamos a gestão com um caixa de R\$ 5,3 milhões”, disse. “Em parte conseguimos isso com a pandemia, já que a atuação remota fez com que a gente deixasse de ter muitos gastos. Por outro lado, também demos continuidade à proposta de ter um caixa robusto para que uma futura gestão consiga construir a sede da AdUFRJ”, esclareceu.

Se, por um lado, a pandemia colocou uma pá de cal numa série de projetos da gestão de Eleonora, por outro impôs uma série de novos desafios. “Nossos gastos na pandemia acabaram sendo necessários para responder às urgências daquele momento. Aumentamos nosso plantão jurídico, realizamos muitas doações”, lembrou. “O ponto mais polêmico foi em relação às doações a instituições da UFRJ. Entendemos que este não é o papel do sindicato, mas havia uma urgência em salvar vidas. E, nesse contexto de escassez de produtos e materiais, no início da pandemia, para salvar vidas, fizemos doações ao Hospital Universitário e ao IPPMG (pediatria)”, afirmou a ex-presidente.

CAINDO NA REAL

Estacionamento do CT no breu



SEM LUZ Quem precisa pegar o carro à noite no CT enfrenta o risco de caminhar na completa escuridão

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Quem precisa sair à noite do Centro de Tecnologia enfrenta um verdadeiro breu no estacionamento. O motivo: o furto de cabos de energia e reatores. “É dramático”, lamenta o professor Papa Matar Ndiaye. “Isso gera um problema também emocional, de saber que você está se arriscando em um lugar que não deveria oferecer essa preocupação. Você pode ser roubado, agredido e ninguém verá”, diz.

Papa Ndiaye é um dos 21 professores que assinam uma carta de cobrança por soluções para a situação do estacionamento e por regularização das linhas de ônibus que rodam à noite no campus. “Os alunos do noturno têm um prejuízo também acadêmico porque, depois das 20h, o transporte fica muito irregular, o que nos obriga a terminar as aulas mais cedo”, explica o docente. O documento elaborado pelos professores da Escola de Química foi encaminhado à Ouvidoria da UFRJ, direção da EQ, chefias de departamentos da unidade e diretoria da AdUFRJ. De acordo com o superintendente do CT, Agnaldo Fernandes, a decania depende de fornecedores. “Nossa perspectiva é que a iluminação seja toda

trocada ainda neste semestre”, diz. “O orçamento já está autorizado, mas a empresa alega atrasos do fornecedor”, revela. Como medida paliativa, a decania instalou refletores na fachada de alguns blocos, virados para o estacionamento. “Já foram instalados nos fundos do Bloco A, nos blocos C, D, E e H. Haverá também na frente do Bloco A”, completa o administrador do

centro, André Ferraz.

Os furtos também atingiram a concessionária que geria o estacionamento. “Houve furtos de cabos, câmeras e cancelas. Esse material ainda está sendo reposado pela empresa”, conta André. A expectativa é que a cobrança seja restabelecida até junho.

RISCO NO CORREDOR
Outro problema identificado



ELEVADORES QUEBRADOS GERAM MAIS TRANSTORNOS

Outro problema sem data para acabar é a crise dos elevadores do CT. Os dois do bloco H não funcionam. Dos quatro do bloco A, só um funciona para atender a sete andares e de forma precária. “Para que ele pare no terceiro andar, há que fazer truques. É

uma situação vexaminosa para uma universidade e de desprezo para com sua comunidade”, reclama o professor Ildeu Moreira, do Instituto de Física. Servidora do Instituto de Química, Dalva Lúcia Rossotti conta que já ficou presa no elevador.



RESTOS de obras e alagamentos no subsolo, nos fundos do Bloco F

pela reportagem da AdUFRJ é a falta de conservação nos corredores do CT. Em alguns pontos falta proteção de corpo; em outros, corrimão. Ainda há risco de queda de lâmpadas e infiltração em luminárias. Agnaldo Fernandes informa que a prioridade da decania são as obras do telhado e que estão previstas as trocas das lâmpadas, mas não comentou sobre

os guarda-corpos e corrimões destruídos.

AUDIÊNCIA

A AdUFRJ solicitou audiência com a reitora para tratar das condições de trabalho dos professores. O encontro será dia 24. O objetivo é apresentar as demandas e cobrar prazos para que os problemas sejam solucionados.

elevadores funcionando”. As filas enormes no horário da manhã atrasam vários estudantes e professores. “A espera é longa, a fila é muito grande”, conta Vinicius Lima, aluno do quinto período de engenharia naval. “Espero que corrijam até as provas unificadas de cálculo e física”, conclui o estudante. A administração do CT explica que os contratos dos elevadores fazem parte de um pacote de manutenção firmado diretamente com a Pró-reitoria de Gestão e Governança (PR-6). “Não temos prazo para resolução dessa questão”, revela André Ferraz. “Recentemente conseguimos tirar desse contrato o elevador de cargas, que foi reformado e está funcionando, e os elevadores do bloco H”, conta André Ferraz. “Hoje (dia 5 de maio) houve uma vitória para fazer orçamento do elevador da frente. Já o dos fundos do bloco H passa por obras no fosso para contenção de água da chuva”, explica o administrador.

“Foi um pânico, fiquei 40 minutos no escuro. Outras pessoas também já ficaram presas. Não é difícil de acontecer”, afirma. Ela também reclama das péssimas condições do único elevador em funcionamento. “O painel interno é muito precário e ele só para no térreo se alguém apertar o botão por dentro”. O problema é antigo, anterior à pandemia. “Trabalho aqui há 30 anos. Só uma vez vi todos os

Falhas em ônibus pioram acesso ao Fundão

> Veículos velhos que demoram para passar e quebram com facilidade. BRT sucateado e lotado. Professores e alunos relatam as dificuldades para entrar e sair da Cidade Universitária

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Desde o recomeço das aulas presenciais, o transporte público testa a paciência e preocupa quem estuda e trabalha no Fundão. Linhas com poucos ônibus principalmente no período noturno, superlotação nos horários de pico e sucateamento da frota desgastam professores, funcionários e estudantes.

“No intervalo de uma semana, eu presenciei duas quebras de ônibus. Tem que descer, pegar outro e gera um transtorno muito grande”, afirma o professor Fernando Duda, da Coppe, que usa a linha 485 nos deslocamentos entre a Cidade Universitária e sua casa, em Copacabana. “As condições da frota estão muito ruins. Sem falar nos vidros trêpidando ou em algumas barras de segurar a mão, que estão frouxas”. Brenda Tosi, mestranda do programa de Linguística, tem

esperado mais de 35 minutos para pegar o 410T para voltar para casa, em Rocha Miranda. O ônibus é uma opção depois de experiências anteriores ruins com o BRT e de dificuldades para entrar no metrô. “O metrô é impossível no final da tarde”.

O PESADELO DO BRT

Uma das principais formas de entrar e sair da Ilha do Fundão, o BRT hoje é também um dos gargalos do transporte público da Cidade Universitária. No último dia 3, Mariana Victorino, do 7º período de Engenharia de Alimentos, estava perplexa diante do que via, antes das catracas de acesso ao BRT, atrás do Hospital Universitário. A plataforma dos ônibus articulados estava abarrotada de gente. Após muito tempo, um dos veículos que deveria providenciar um serviço de transporte rápido e confortável para moradores das Zonas Norte e Oeste da cidade chegou. E saiu lotado, com

pessoas penduradas nas portas abertas.

“Antes da pandemia, era cheio tolerável. Agora, está superlotado”, critica a moradora da Penha Circular. A precariedade dos veículos é notória. Na primeira semana de aula, Mariana precisou descer de um BRT com pneu furado, em Olaria. “Todo transporte público está assim. É muito desgastante”, disse.

O aumento da frota de BRT ainda demora: fornecedores apresentaram propostas para licitações iniciadas em 13 de abril, mas o prazo de entrega dos primeiros ônibus é até dezembro deste ano.

SERVIÇO PREFEREÇA UNIVERSITÁRIA ORIENTA USUÁRIOS

Reclamações sobre os ônibus internos e intercampi devem ser enviadas para o Whatsapp da Prefeitura - (21) 969623203 - ou e-mail da comunicação (comunicao@pu.ufrj.br). Desde 25 de abril, a Prefeitura Universitária aplica uma logística de ônibus internos expressos nos horários de maior demanda. Os veículos rápidos, identificados com o número 5, partem da Estação UFRJ, ao lado do BRT, e seguem diretamente até o CCMN, CT e Letras (das 7h às 9h e das 17h às 19h30) — neste segundo intervalo, retornam à Estação. Já no horário de almoço (das 11h às 13h), os veículos expressos seguem da Faculdade de Letras, CT e CCMN até o Restaurante Universitário/Estação.



INTERNOS prefeitura aciona ônibus rápidos nos horários de pico

BURACOS PARA TODOS OS (DES)GOSTOS

Dirigir na Cidade Universitária virou martírio. As vias apresentam irregularidades em diversos pontos executados, porém a frequência de atendimento é esporádica, bem como a quantidade disponibilizada de asfalto é muito pequena para minimizar os transtornos”, respondeu, via assessoria. A Prefeitura da UFRJ solicitou

apoio à Secretaria de Conservação do município, através da operação “tapa-buraco”. “Tivemos alguns pontos executados, porém a frequência de atendimento é esporádica, bem como a quantidade disponibilizada de asfalto é muito pequena para minimizar os transtornos”, respondeu, via assessoria.

Já noticiados na edição anterior do **Jornal da AdUFRJ**, os enormes buracos da entrada 3 da Cidade Universitária, ao lado do CCMN, foram fechados nesta sexta, 6. A concessionária Lamsa se recusava a assumir o problema. Uma equipe da prefeitura municipal fechou estes e outros buracos nas vias do Fundão.



ESPERA INTERMINÁVEL alunos perdem aulas na fila para almoçar

FILAS QUILOMÉTRICAS NOS BANDEJÕES

Com quase um mês de aulas, os estudantes ainda enfrentam filas quilométricas nos bandejeões. “Recolhemos mais de quatro mil assinaturas sobre esta questão dos bandejeões”, disse Júlia Vilhena, uma das representantes do DCE, antes de uma sessão especial do Conselho Universitário, no dia 5. “Muitas vezes, não conseguimos almoçar no intervalo entre nossas aulas”, completou. Reitor em exercício, o professor

Carlos Frederico Leão Rocha afirmou que a administração superior está comprometida com a ampliação da oferta de refeições aos alunos. “Filas nos bandejeões sempre existiram, mas agora temos uma situação nova”. O número de matrículas ativas na graduação saltou de 45 mil para 63 mil, resultado da chegada de novos alunos e da reversão dos trancamentos autorizados durante a pandemia. “Um aumento de 40%, que rebate sobre a oferta de alimentação”. Também contribuiu para a procura dos bandejeões o fechamento de alguns restaurantes particulares no campus, nos últimos dois anos.

VAZAMENTO DE GÁS ASSUSTA CCS

Um vazamento de gás no CCS na manhã da quarta-feira, 4, assustou professores, técnicos e estudantes. O acidente ocorreu às 8h10 no Instituto de Microbiologia Paulo de Góes e foi contido às 8h30 pela Brigada Voluntária de Incêndio do CCS, com o auxílio da Biossegurança. A decania informou que não

houve vítimas nem prejuízos materiais. “Apenas foi necessária a interdição momentânea de parte do Bloco I, visando à contenção e à segurança da nossa comunidade. Todas as atividades no prédio já voltaram à normalidade”, disse, por meio de nota, divulgada ainda pela manhã.

Projeto leva cidadania a comunidades de baixa renda

>Força Motriz, coletivo de extensão universitária ligado à Escola Politécnica, dá assistência a ocupações populares e favelas. Objetivo é dar suporte a regiões esquecidas pelo poder público

SILVANA SÁ
silvana@adufurj.org.br

C i d a n i a . O substantivo comum vira palavra com significado incomum para boa parte dos brasileiros sem acesso a direitos básicos como habitação adequada, saneamento, educação, documentos. Para ajudar a mudar essa realidade, estudantes e professores ligados à Escola Politécnica criaram o coletivo de extensão universitária Força Motriz. “Nosso debate é de que a extensão é o papel fundamental da universidade. É para o que ela serve, é a forma mais direta de intervenção da universidade na sociedade”, defende Pedro Enrique Monforte Brandão Marques, mestrando do Programa de Engenharia Metalúrgica e de Materiais da Coppe. “Não adianta fazer pesquisa, produzir conhecimento, se não houver relação com as necessidades sociais”, acredita.

Pedro é um dos organizadores do coletivo, junto com sua orientadora, a professora Adriana da Cunha Rocha. A ideia nasceu na área. Ex-secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (2008-2010), a professora lembra que a Coppe vem há muito tempo atuando ativamente nos debates políticos e científicos sobre o tema, incluindo a participação na elaboração dos relatórios do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, o PBMC, do qual ela é presidente do Comitê Científico. “Nos dá a legitimidade junto a todos os países para debater o tema de igual para igual”, argumenta.

A primeira comunidade a ser atendida pelo Força Motriz foi a Ocupação Gringolândia, na Pavuna, Zona Norte do Rio. “É

emblemático porque se conquistou o fim do processo de despejo dessa ocupação. Logo no nosso primeiro ano de apoio, conseguimos que a prefeitura do Rio transformasse a área em local de especial interesse social”, orgulha-se Pedro. “Eles já não correm risco de serem expulsos. O desafio agora é a urbanização da região”, observa o mestrando, que também é diretor do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro. “Nossa luta é pela reforma urbana”, diz. O projeto faz o acompanhamento da infraestrutura das ocupações São Januário, na Barreira do Vasco, em São Cristóvão; Moisés, na Rua do Riachuelo, no Centro; e Gringolândia, na Pavuna, esta a maior delas, com 500 famílias.

A coordenadora Adriana, diretora adjunta de graduação e extensão da Escola Politécnica, é só elogios ao orientando. “Pedro é uma espécie de gerente. O projeto começou por causa dele, que já trabalhava com iniciativas populares. Ele trouxe a proposta de criar na universidade um projeto de extensão que atendesse a famílias de baixa renda”, conta.

Estudantes de diferentes áreas participam do projeto. “Os alunos começaram a se envolver com iniciativas para que os moradores tirassem documentos, houve a criação de biblioteca comunitária. Na medida em que os alunos foram entrando, eles começaram a fazer outras ações”, relembra Adriana. “Surgiu o trabalho na Rocinha, com curso pré-vestibular que, na verdade, funciona como um reforço dos conteúdos que são exigidos no Enem. Fizemos também horta social. Vamos fazendo as coisas na medida em que as demandas aparecem”.

Cristiane Valente, do 5º período de Serviço Social, faz parte do Força Motriz desde julho de 2021. “Desde que entrei na universidade, comecei a buscar alguma coisa em que eu pudesse atuar diretamente nas comuni-



A PROFESSORA Adriana Rocha e o mestrando Pedro Enrique Marques coordenam o projeto de extensão

“ Não adianta fazer pesquisa, produzir conhecimento, se não houver relação com as necessidades sociais **”**

PEDRO ENRIQUE MARQUES
Mestrando da Coppe

dades do Rio de Janeiro. Além de aplicar conhecimentos acadêmicos, eu também estou aprendendo muito com as comunidades, absorvendo saberes que vão também ajudar na minha atuação profissional”, destaca.

Para Cristiane, dar suporte a famílias para que garantam seu direito básico à moradia é a ação de que ela mais se orgulha. “É, sem dúvidas, um dos pontos que mais me impactam. É uma vivência que vou levar para minha vida”, se emociona ela. “Pelo Favela Viva fizemos recentemente uma ação para que as pessoas tirassem o título de eleitor. Hoje, como tudo é pela internet, muitas pessoas sequer têm direito ao voto. São direitos básicos à cidadania que o Força Motriz e o NATEP ajudam a garantir”.

O Força Motriz agora tem um

novo desafio: tornar-se programa de extensão. “A gente percebeu que precisa fazer todas essas ações de maneira mais integrada com o que o aluno de Engenharia espera e afinado com as novas diretrizes curriculares”, avalia a professora Adriana. “Nosso objetivo final é proporcionar o resgate da cidadania das pessoas. Para isso, precisamos de uma atuação institucional mais fortalecida. Daí a intenção de transformar nosso projeto em programa para formalizá-lo na estrutura da universidade”.

Os organizadores procuram professores para coordenação de projetos que se relacionem ao Força Motriz. Uma das formas de entrar em contato com o coletivo é por meio do Instagram: @coletivoforcacoppe.

Um café para pensar sobre as mudanças climáticas

> Nomeado de Coffee, modelo de avaliação integrada da Coppe é o primeiro de um país em desenvolvimento a integrar relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

BEATRIZ COUTINHO
comunica@adufurj.org.br

A UFRJ conquistou seu lugar entre gigantes à mesa de debates sobre o clima da Terra. Pesquisadores da Coppe levaram o Brasil ao patamar de primeiro país em desenvolvimento a elaborar um modelo, o *Coffee*, capaz de propor soluções para mitigar os efeitos das mudanças climáticas em um cenário global. O modelo foi publicado no dia 4 de abril no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês). Os IMPs (*Illustrative Mitigation Pathways*), ou cenários de mitigação ilustrativos, são essenciais para gerar modelos de soluções possíveis, que podem dar suporte a reuniões climáticas e decisões políticas. Para o relatório deste ano do IPCC, dos 1.600 modelos coletados, foram escolhidos cinco, um deles o da Coppe.

O *Coffee* foi escolhido para gerar soluções para um cenário conhecido como IMP-Neg (*Negative Emissions*). “É a história de um mundo onde você não faz tanto esforço para reduzir violentamente a demanda por combustíveis fósseis, porque

you conta que para sempre vai fazer uso crescente de tecnologias de emissão negativa, que a grosso modo é tirar CO₂ da atmosfera”, explica o professor Roberto Schaeffer, do Laboratório Cenergia, do Programa de Planejamento Energético (PPE) da Coppe, e *coordinating lead authors* do capítulo três do relatório do IPCC 2022.

A escolha dos modelos é feita a partir dos futuros possíveis que o IPCC quer analisar. “Chegou-se à conclusão que um dos cenários do *Coffee* era o mais interessante, porque ele tinha um equilíbrio razoável entre reflorestamento e produção de biomaterial, que é uma maneira de sequestrar carbono”, diz o professor.

Da sigla em inglês para *Computable Framework For Energy and the Environment*, o *Coffee* é um Modelo de Avaliação Integrada (IAM, em inglês) global. Esses modelos avaliam as melhores opções para encontrar soluções de menor custo, levando em consideração todas as restrições possíveis. “Por exemplo, em um cenário a longo prazo, no qual o biocombustível se mostre importante, o modelo integrado vai enxergar que isso significa mais áreas para cultivo de fontes para esse combustível. Com isso, vão sobrar menos áreas para a produção de alimentos, o que pode gerar impacto na



“Os IMPs são como menus de opções. E dentro desse menu, um dos pratos principais foi preparado aqui pela cozinha da Coppe”

ROBERTO SCHAEFFER
Professor da Coppe

indústria de refino, que por sua vez vai precisar de mais fertilizantes para que áreas menores consigam produzir mais alimentos”, ilustra Schaeffer.

A ideia surgiu ainda durante as discussões do Acordo de Paris (2015), quando o professor Schaeffer e seu grupo de pesquisa questionavam se as propostas apresentadas pelo Brasil eram compatíveis com o objetivo maior do tratado, que era estacionar a temperatura mundial entre 1,5°C e 2°C acima da temperatura pré-industrial (1850-1900).

Schaeffer sabe que as vitórias na Ciência não são imediatas. “Isso é produto, no meu caso pelo menos, de um investimento de mais de 20 anos”, se emociona Schaeffer. O professor faz

questão de pontuar que ter um trabalho reconhecido mundialmente é muito importante para o Brasil, para a UFRJ, para a Coppe e para o seu grupo de pesquisa. A conquista chama atenção para a competência dos cientistas brasileiros. Ao final, o professor brinca: “Os IMPs são como menus de opções. E dentro desse menu, um dos pratos principais foi preparado aqui pela cozinha da Coppe”.

Criado em 1988, o IPCC concentra-se em estudos integrados sobre o clima, para entendê-lo e saber quais caminhos tomar. Seu produto é um relatório estruturado por capítulos. “O consumidor final desse relatório são governos. Teoricamente, essa informação é o que vai pautar as negociações climáticas do mundo nos próximos seis ou sete anos”, explica Schaeffer. “O Acordo de Paris, em 2015, foi 100% baseado no relatório de 2014”.

Para a professora Joana Portugal, o IPCC constrói uma ponte entre governos e Ciência. Enquanto políticos pensam a curto prazo, geralmente visando à reeleição, cientistas trabalham a longo prazo. É nessa lacuna que entram os trabalhos do Painel. “Esses relatórios integram e sintetizam as mensagens-chave que nós temos para oferecer sobre a Ciência do clima para um decisor político de forma útil”,

pontua a professora. Em 2017, Joana trabalhou no IPCC, em seu ciclo de relatórios científicos especiais, concentrando-se na captação de gases para redução do efeito estufa a médio prazo, em 2050.

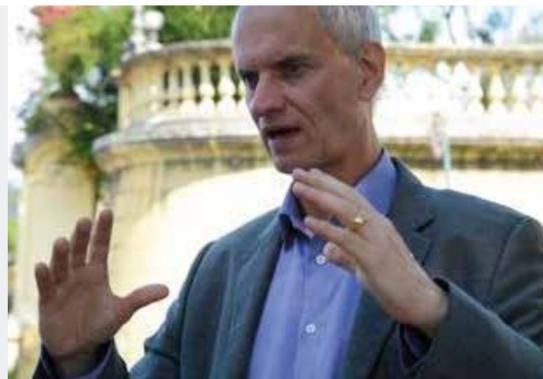
Joana, que é pesquisadora do Laboratório Cenergia, vê como um sinônimo de independência o fato de o Brasil ser o primeiro país em desenvolvimento a integrar os relatórios do IPCC. “Não ficamos dependentes de terceiros, conseguimos internamente trabalhar com modelos globais, que atendem às necessidades do país”, ressalta. “É entender o papel do Brasil no mundo e qual é o papel do mundo no Brasil”.

Suzana Kahn, vice-diretora da Coppe, credita o papel de destaque do Brasil na elaboração de cenários globais de mitigação a muitos anos de pesquisa na área. Ex-secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (2008-2010), a professora lembra que a Coppe vem há muito tempo atuando ativamente nos debates políticos e científicos sobre o tema, incluindo a participação na elaboração dos relatórios do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, o PBMC, do qual ela é presidente do Comitê Científico. “Nos dá a legitimidade junto a todos os países para debater o tema de igual para igual”, argumenta.

NOTAS

ALEXANDER KELLNER TOMA POSSE PARA NOVO MANDATO À FRENTE DO MUSEU NACIONAL ATÉ 2026

Nesta sexta-feira (6) aconteceu a posse comemorativa da nova diretoria do Museu Nacional. O professor Alexander Kellner, um dos arqueólogos mais respeitados do mundo, assume seu segundo mandato à frente da unidade. A vice-diretora é a professora Andréa Ferreira da Costa. Kellner conduzirá o museu até 2026 e dará continuidade ao trabalho de reconstrução do palácio destruído por um incêndio de grandes proporções em 2 de setembro de 2018. Para as comemorações do Bicentenário da Independência, a direção quer abrir ao público um espaço nunca antes visitado: o Jardim das Princesas, na lateral do paço. O jardim frontal também deve ser aberto ao público ainda neste ano. As obras completas estão previstas para terminar somente em 2026, na conclusão do mandato da atual diretoria. Um dos novos projetos é expor o acervo do museu em outros espaços da cidade, até que o palácio seja reconstruído.



NOTAS

CRIADO O NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS DA UFRJ

O Conselho Universitário aprovou, por unanimidade, a criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi), em sessão especial realizada no dia 5. A iniciativa vai fomentar a articulação de estudos, pesquisas e atividades de extensão sobre relações étnicas e raciais nos diferentes campos de conhecimento desenvolvidos na UFRJ. O Neabi surge

vinculado ao Fórum de Ciência e Cultura, como órgão complementar. “É emblemático aprovarmos o Neabi como órgão complementar na UFRJ neste momento em que nossas populações indígenas estão sob fortes ataques por parte de diversos membros da sociedade brasileira”, disse a diretora do campus Duque de Caxias, professora Juliany Rodrigues.

NOVA SUPERINTENDÊNCIA NA PR-3 VAI FACILITAR O PLANEJAMENTO

Dentro da pró-reitoria de Planejamento e Finanças (PR-3), o Consuni criou a Superintendência de Planejamento Institucional. “Como vivenciamos recentemente com a elaboração e aprovação do PDI da UFRJ em nosso Conselho, é fundamental para a nossa universidade que haja uma instância administrativa que se preocupe com a formalização desse trabalho funda-

mental para o planejamento das atividades de nossa Instituição”, diz trecho do parecer conjunto das comissões do colegiado. A modificação também atende legislação recente do governo. Em 2020, a Instrução Normativa nº 24 estendeu a todos os órgãos da administração pública federal a obrigatoriedade de elaborar, avaliar e revisar o seu planejamento estratégico.



SOBRE LUTAS E AMORES

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

Afeto, esperança e união contra os desmandos do governo. O 1º de Maio deste ano teve clima de reencontro após dois anos sofridos de pandemia. No Rio, a manifestação foi convocada em conjunto pelas centrais sindicais nacionais e aconteceu no Aterro do Flamengo, com pouca participação de trabalhadores, mas com longos abraços e sorrisos dos manifestantes. A AdUFRJ montou uma barracinha com bolo, sucos, lanches e ambiente acolhedor. Os professores da UFRJ atenderam ao chamado do sindicato e marcaram presença na atividade.

“Esse 1º de Maio tem um clima afetivo, festivo. Fomos presenteados com um belo dia de sol, num ato com várias centrais sindicais. É um momento muito importante de valorizarmos a democracia”, opinou a professora Maria Paula Araújo, do Instituto de História. A docente, que já foi diretora da AdUFRJ, acredita que o clima diferente não tem relação só com a pandemia. “Foram 3 anos de massacre absoluto de um governo que o tempo todo produz violência. Esse é um pequeno momento em que a gente tem oportunidade de se reencontrar para aglutinar forças”.

Presidente da AdUFRJ, o professor João Torres destacou a pluralidade do ato e a necessária unidade do campo progressista em torno das grandes questões nacionais. “Aqui havia representações de várias categorias: domésticas, ferroviários, petroleiros, metroviários, educação básica e superior, partidos políticos”, disse. “É importante que toda essa representatividade se converta em ações que coloquem no debate público os graves problemas pelos quais passa o país”, apontou o dirigente. “As famílias estão endividadadas, a Educação vive seu pior momento, não há recursos para o desenvolvimento nacional e tudo por escolhas políticas do atual governo. É preciso que toda essa pauta impulse o debate político de 2022 para que a gente derrote Bolsonaro”.

Cleusa Santos, professora aposentada da Escola de Serviço Social, também estava no ato e passou pela banquinha da AdUFRJ. “Esta data é um marco histórico. No pós-pandemia, estamos resgatando a disposição e possibilidade de estarmos nas ruas”, afirmou. A docente, que já foi diretora e presidente da AdUFRJ, comen-



tu sobre a pouca adesão dos trabalhadores. “Retomar o processo democrático já tão destruído tem mostrado algumas dificuldades. Nem todos que são contra o atual governo voltaram para as ruas. Precisamos que este seja um momento de retomada dessa mobilização”.

A coordenadora-geral do Sintufrj, Neuza Luzia Pinto, destacou o caráter simbólico da data. “O ato de hoje nos indica que é na rua que os trabalhadores vão conse-

guir derrotar Bolsonaro”, disse. “Desejo que hoje seja um marco para que a gente atinja a consciência crítica dos trabalhadores. São necessários mais atos, muitas manifestações para organizar a classe”.

Outras associações docentes do Rio de Janeiro participaram da manifestação. Uma delas foi a Adur-RJ, da Universidade Federal Rural. A presidente, professora Elisa Guaraná, chamou atenção para o processo eleitoral que se avizinha. “Bol-

sonaro não está derrotado. Essa unidade não pode ser só ‘fora, Bolsonaro’. É preciso indicar caminhos”, alertou a docente. “Precisamos mostrar que a gente defende um Brasil que combate as desigualdades. A gente precisa colocar os pobres na pauta. Uma massa da população brasileira enfrenta a fome! Isso é muito grave”, afirmou a professora. “Nossa luta é pela democracia e em defesa da sociedade brasileira”, concluiu.

FOTOS: ALESSANDRO COSTA